TL0496-11

I Série — Número 97

Sábado, 19 de Setembro de 1981

DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

SESSÃO SUPLEMENTAR

REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE SETEMBRO DE 1981

Presidente: Ex.mo Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.mos Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
Alfredo Pinto da Silva
Maria José Paulo Sampaio
José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — *O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas e 5 minutos.*

Continuou a discussão do Programa do VIII Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano (João Salgueiro), os Srs. Deputados Manuel Tilman (ASDI), Mário Tomé (UDP), Barrilaro Ruas (PPM), Narana Coissoró (CDS), Rui Amaral (PSD), José Manuel Mendes (PCP), Daniel Bastos (PSD), José Niza (PS), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Adriano Moreira (CDS), Jorge Miranda (ASDI), Veiga de Oliveira (PCP), Oliveira Dias (CDS), Miranda Calha (PS), Carlos Espadinha (PCP), Octávio Teixeira (PCP), Vítor Constâncio (PS) e Nascimento Rodrigues (PSD).

No termo do debate intervieram os Srs. Deputados Mário Tomé (UDP), José Tengarrinha (MDP/CDE), Lopes Cardoso (UEDS), Magalhães Mota (ASDI), Borges de Carvalho (PPM), Carlos Brito (PCP), Oliveira Dias (CDS), Mário Soares (PS) e Silva Marques (PSD) e, encerrando o debate, o Sr. Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão).

As três moções de rejeição do Programa do Governo apresentadas (do PCP, do MDP/CDE e da FRS) foram sucessivamente, e por maioria, rejeitadas.

Entretanto, e no meio do debate do Programa do Governo, foi lido, pelo Sr. Deputado Jorge Lemos (PCP), e aprovado, um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos relativo à substituição de deputados do CDS e do MDP/CDE.

Seguiu-se o debate de uma moção de confiança apresentada pelo Governo, tendo usado da palavra, além do Sr. Primeiro-Ministro, no início e no fim do debate, os Srs. Deputados Mário Tomé (UDP), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), César de Oliveira (UEDS), Magalhães Mota (ASDI), Luís Coimbra (PPM), Zita Seabra (PCP), Narana Coissoró (CDS), Jaime Gama (PS) e Fernando Condesso (PSD).

Aprovada, por maioria, a moção de confiança, fizeram declaração de voto os Srs. Deputados José Tengarrinha (MDP/CDE), César de Oliveira (UEDS), Carlos Brito (PCP) e Marília Raimundo (PSD).

Antes de encerrada a sessão, foi anunciada a entrada na Mesa do projecto de lei n.º 255/II, apresentado pelo PCP, relativo ao direito dos autores portugueses à segurança social.

A sessão foi encerrada às 0 horas e 15 minutos do dia 19.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas e 5 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.
Alberto Augusto Faria dos Santos.
Álvaro Barros Marques Figueiredo.
Anacleto Silva Baptista.
Amândio Anes de Azevedo.
Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.
Américo Abreu Dias.
António Duarte e Duarte Chagas.
António Roleira Marinho.
António Vilar Ribeiro.
Armando Lopes Correia Costa.
Arménio Jerónimo Martins Matias.
Arménio dos Santos.
Bernardino da Costa Pereira.
Carlos Manuel Pereira Pinho.
Casimiro Pires.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Daniel Cunha Dias.
Eleutério Manuel Alves.
Fernando José da Costa.
Fernando José Sequeira Roriz.
Fernando Manuel Cardote B. Mesquita.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
Henrique Alberto Nascimento Rodrigues.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
Álvaro Favas Brasileiro.
António Anselmo Aníbal.
António da Silva Mota.
Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha.
Custódio Jacinto Gingão.
Fernando de Almeida Sousa Marques.
Francisco Miguel Duarte.
Georgete de Oliveira Ferreira.
Jerónimo Carvalho de Sousa.
Jorge do Carmo da Silva Leite.
Jorge Manuel Abreu de Lemos.
Jorge Manuel Lampreia Patrício.
José Manuel Antunes Mendes.
José Manuel da C. Carreira Marques.
José Manuel Maia Nunes de Almeida.
José Rodrigues Vitoriano.
Josefina Maria Andrade.
Lino Carvalho de Lima.
Manuel Correia Lopes.
Manuel Rogério de Sousa Brito.
Maria Alda Barbosa Nogueira.
Maria Ilda Costa Figueiredo.
Maria Odete dos Santos.
Mariana Grou Lanita da Silva.
Octávio Augusto Teixeira.
Osvaldo Alberto R. Sarmento e Castro.
Vital Martins Moreira.
Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Cardoso Moniz.
António José Borges G. de Carvalho.
Jorge Victor Portugal da Silveira.
Henrique Barrilaro Ruas.
Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
Manuel Tílman.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António César Gouveia de Oliveira.
António Poppe Lopes Cardoso.
Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Helena Cidade Moura.
José Manuel Tengarrinha.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. **Presidente:** — Na continuação da discussão do Programa do Governo, tem a palavra para uma intervenção, o Sr. Deputado Manuel Tílman.

O Sr. **Manuel Tílman** (ASDI):

Ao Tat-Mai-La
O Avô dos Montes
hei-de subir
— e descer à chã verdade
que todos negaceiam,
a verdade — minto! que já tardam
os que por Timor não se esqueceram,
Pecando por atraso,
Malícia, tibieza.
Timor e Timorenses isolados.

In *Timor-Amor* — Ruy Cinatti.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Passados que foram quatrocentos anos de descoberta e de colonização de Timor-Leste e oito anos da revolução de Abril a oportunidade de poder fazer uso da palavra nesta tribuna, um deputado desta nobre Câmara da Nação Portuguesa, oriundo daquela ilha, onde na madrugada de 25 de Abril de 1974 também floresceram acácias, cantaram catatuas e loricos, mas onde tão cedo se quebraram os pactos sagrados com sangue dos seus heróis, se profanaram os seus santos e silenciaram as suas vozes, mas onde ainda reina a esperança de que outra madrugada surgirá, para a qual esta mui nobre Câmara pode e deve muito contribuir, é por mim sentida com a mais profunda emoção.

Emoção, porque a minha presença aqui significa, fundamentalmente, a crença na vitalidade do nosso povo e na irreversibilidade e continuidade da sua vocação universalista.

Emoção, porque em mim fortalece a convicção de que chegou a hora, exigida por uma consciência colectiva e nacional, de se tomar um compromisso para com o povo de Timor-Leste. Um compromisso duradouro, que não deve esgotar-se nas conjunturas eleitorais e nas crises partidárias e um compromisso solidário na luta comum até à libertação.

A necessidade desse compromisso que assume um valor colectivo, e sobretudo um valor prescritivo, esteve sempre mais ou menos ausente em todos os programas dos governos anteriores.

Infelizmente, a força desse compromisso vai-se diluindo à medida que o tempo nos distancia dos momentos eleitorais.

Assim, no Programa deste Governo, a matéria mais relevante do Programa do Governo anterior, que são as propostas constantes da nota de 12 de Setembro de 1980, que mereceram o apoio maioritário na Assembleia Geral das Nações Unidas, sem alternativa, fica pura e simplesmente suprimida.

Direi, fazendo um ponto da situação.

Timor-Leste continua, de facto, militarmente ocupado e aparentemente dominado, mas não pacificado. Existe uma resistência efectiva.

Já lá vão cerca de 300 000 vidas humanas dizimadas e destruídas por uma política de guerra, de fome e de genocídio.

No campo da saúde e da segurança social, a situação é péssima.

Em Jacarta, na Indonésia, encontram-se cerca de 9 a 10 000 timorenses, carenciados de tudo o que seja mínimo para a sobrevivência. Aguardam todos, sem nenhum apoio diplomático, a vinda para Portugal ou a saída para Austrália — alguns, há já vários anos.

A dita «viva solidariedade com as vítimas de sofrimentos morais e físicos, injustas e desumanas» fica

letra morta, apanágio eleitoral, no Programa do Governo.

As poucas pessoas que conseguiram chegar a Portugal são chinesas.

Chegam todas pelos seus próprios meios. Os timorenses, mauberes, não chegarão tão cedo, porque não têm 150 000$ que custa cada saída. Aguardam pela prometida «acção que será desenvolvida nos planos bilaterais e multilateral com as precauções que a delicadeza do assunto exige».

Da nossa parte, esperemos que a precaução e a delicadeza não favoreça mais os opressores e não devam servir de cobertura ou de couraça no mais profundo silêncio, para destruir mais o já martirizado povo de Timor-Leste. Pois dizer que a vida humana é um milagre é dizer que é um crime hediondo destruí-la ou facultar a sua destruição. O homem é o ser mais precioso e não um verme que se destrua com uma bota insolente ou distraída.

Na Austrália encontram-se cerca de 7000 timorenses, com nacionalidade portuguesa. Infelizmente, não tiveram direito de participar no Congresso das Comunidades.

Nos países de expressão portuguesa o número ronda os 100. Na sua maioria ou quase totalidade são cooperantes timores, com base em acordos bilaterais celebrados entre esses países e a RDTL.

Em Portugal estão cerca de 1800 a 2000. Destes, até ao fim do ano, devem partir para a Austrália cerca de 1000. O Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados não vê inconveniências na atribuição do estatuto de deslocados aos timorenses para poderem beneficiar dos apoios financeiros da ONU, mas a decisão tem de partir do Governo. Nesse sentido, ao abrigo das disposições regimentais fiz um requerimento ao Governo cuja resposta aguardo.

As implicações sociais, jurídicas, morais são inúmeras. Qual é a solução para os timores a quem em Timor a lei portuguesa reconhecia a validade dos casamentos bigâmicos e que hoje vivem em Portugal, e a quem, por causa disso, o Governo australiano põe entraves à sua entrada naquele país? Qual é a solução a dar à moeda «escudo de Timor», emitida pelo BNU, que a não quer receber?

Da nossa parte, qualquer acção diplomática a ser desenvolvida nos planos bilaterais ou multirateral deve ter como pontos prévios:

1) À questão de Timor-Leste deverá ser tratada no âmbito do direito internacional;
2) A questão é de política externa e como tal ser concebida e executada pelo Governo e articulada, necessariamente, com outra ou outras acções desenvolvidas pela Presidência da República, cumprindo o artigo 307.° da Constituição;
3) Questões militares e administrativas da ex-colónia são da política interna;
4) Distinguir bem o problema da invasão de Timor-Leste pela Indonésia do problema da descolonização que se deverá realizar.

Assim, num primeiro momento, Portugal, como membro das Nações Unidas e responsável perante a mesma Organização, à data da agressão, pela defesa das papulações e pela integridade territorial da colónia, deve exigir que se cumpra o n.° 4 do artigo 2.° e os artigos 41.° e 42.° da Carta da ONU; num segundo momento, realizar a descolonização. Assunto que só diz respeito a Portugal e a Timor-Leste.

Em todas as acções, quer nos planos bilateral e multilateral, a delegação portuguesa deve integrar representantes dos partidos ou movimentos políticos timorenses, nacionalistas, existentes à data da agressão. Não deve ser Portugal a escolher os representantes do povo de Timor-Leste, acarinhando a criação de novos partidos ou movimentos políticos, que no fundo não são representativos e constituem apenas apêndices de forças políticas internas portuguesas.

Finalmente, descolonizar não é só deixar de reivindicar a soberania sobre Timor-Leste, nem só prestar assistência humanitária aos refugiados timorenses que se encontram fora dos seus lares. Descolonizar significa sobretudo dinamizar a livre determinação e a independência pela criação de estruturas que garantam a transferência dos poderes para os legítimos representantes de Timor-Leste, no âmbito da Carta das Nações Unidas e da Resolução n.° 1415 de 1960 da Assembleia Geral da mesma Organização.

Aproveito a ocasião para salientar a solidariedade activa de todos os países de expressão portuguesa e de muitos outros do Terceiro Mundo para com o povo de Timor-Leste.

Também aproveito para lamentar posições de outros países, que com maioria de razões, históricas, económicas, culturais, morais e jurídicas no âmbito das várias resoluções da Assembleia Geral da ONU sobre Timor-Leste sempre ficaram indiferentes à luta, alegando motivos de delicadeza e de precaução sobre assuntos ou iniciativas já encetadas, que ninguém sabe onde, quando e como se realizaram, e se chegaram a alguma conclusão.

A ofensiva para a libertação de Timor-Leste está na ordem do dia das Nações Unidas. Para conseguir a maioria absoluta dos votos na Assembleia Geral para a sua causa, Timor-Leste precisa que todas as forças políticas com assento nesta Câmara, sem prejuízo da nossa política externa, devem esclarecer junto das organizações políticas internacionais onde estão filiadas o problema de Timor-Leste e o do seu povo. Isto para que, na próxima Assembleia Geral das Nações Unidas, os Estados que sempre votaram contra e outros que se abstiveram votem a favor.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Porque Timor-Leste ainda não é membro das Nações Unidas, porque não tem influência nem capacidade económica para uma ofensiva diplomática a nível internacional, nada pode fazer, senão resistir, angustiado, mas heroicamente, chorando, no segredo, as suas misérias.

Para terminar com Ruy Cinatti, apenas direi:

Nada para dizer: Timor ausente
É um truísmo que já não magoa.
Um dia a mais:
olhos parados
ossos alongados...

Aplausos da ASDI, do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da UEDS, do MDP/CDE e do deputado do PCP Rogério Brito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Mário Tomé** (UDP): — Tenho muito pouco tempo, mas não quero deixar de dizer aqui uma palavra ao povo de Timor-Leste, à República Democrática de Timor-Leste (RDTL) e à Fretilin.

A UDP sempre trouxe aqui as posições do martirizado povo maubere e de verberar violentamente a posição do nosso Governo que não reconhece a RDTL. Contrariamente ao que disse o Sr. Deputado da ASDI, Portugal não tem de fazer a descolonização, mas apenas que reconhecer o direito da RDTL a estar na ONU, pois se lá estivesse mais acção poderia ter.

Portugal perdeu a sua oportunidade quando à descolonização, o povo maubere declarou a sua independência com toda a justiça e foi invadido violentamente pela Indonésia. Resta a Portugal assumir a sua última e miserável responsabilidade,

Protestos de vários deputados.

que é reconhecer o povo de Timor-Leste a sua independência e a República Democrática de Timor-Leste.

O Sr. **Presidente:** — Sem que isto represente, Sr. Deputado Mário Tomé, qualquer tipo de posição de solidariedade face às diversas posições políticas que se possam ter em relação ao assunto de Timor-Leste, não posso deixar de lhe dizer, como Presidente desta Casa, e exclusivamente nessa qualidade, que não foi sem mágoa que o ouvi falar nas miseráveis responsabilidades de Portugal.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. **Mário Tomé** (UDP): — Sr. Presidente, não será exactamente para me justificar, mas até para isso que lhe solicito novamente a palavra.

O Sr. **Presidente:** — Tem V. Ex.ª a palavra.

O Sr. **Mário Tomé** (UDP): — Quando disse «a miserável responsabilidade de Portugal» seria mais correcto dizer «do Governo Português».

O Sr. **Presidente:** — Basta-me isso, Sr. Deputado.

O **Orador:** — Isto porque a demissão das suas responsabilidades foi tal que hoje, face ao que se passa em Timor, não poderia dizer de outra maneira.

O Sr. **Presidente:** — É perfeitamente certo que V. Ex.ª com essa intervenção que agora fez limitou às dimensões da acção de um governo a sua afirmação anterior. Mas a que fez antes, e que todos ouvimos e que feriu a minha sensibilidade, foi a referência a Portugal que todos entendemos como nação e nunca identificamos absolutamente com um governo que, seja o que for que se pense dele, é sempre algo de transitório na perenidade de uma pátria. Foi por isso apenas que fiz a minha observação. Apraz-me que V. Ex.ª a tenha reduzido às suas justas proporções — e creia que o agradeço, como português.

O Sr. **Mário Tomé** (UDP): — Sr. Presidente, queria dizer mais alguma coisa.

É efectivamente tentar trocar as coisas, porque já se sabe que nestas questões, nas posições internacionais de Portugal, quando se fala neste está-se a falar do governo, do seu executivo, daquele que toma a responsabilidade.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Mário Tomé, devo dizer a V. Ex.ª que estas duas últimas intervenções, porque foram provocadas por uma observação minha, de modo algum descontarão no tempo que ainda tem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Barrilaro Ruas.

O Sr. **Barrilaro Ruas** (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero, em nome do PPM, testemunhar, em primeiro lugar, a muita honra com que vejo entre nós um representante do povo glorioso e mártir de Timor, português como nós, defensor como nós desse povo, mas com uma profundidade que lhe é com certeza superior, porque lhe está no sangue e na vida. Entre nós a sua presença é um testemunho vivo e claro de uma responsabilidade histórica que queremos desempenhar até ao fim.

As palavras belíssimas com que iniciou e terminou a sua intervenção, da autoria do grande poeta Ruy Cinatti, calaram profundamente em nós, até porque Ruy Cinatti dá a honra ao PPM de ser seu filiado.

O PPM, como é bem conhecido, tem mantido intransigentemente, desde o princípio da tragédia de Timor, uma acção pluriforme junto das autoridades, na opinião pública e na sensibilidade política dos Portugueses. Também alguma coisa se tem feito no plano internacional, junto mesmo da própria ONU, para que os direitos do povo de Timor não sejam esquecidos, antes de tudo, nesta comunidade portuguesa em que Timor entrou por direito histórico e donde não saiu ainda por nenhum acto de vontade livre. É para que essa vontade de sair ou de ficar seja plenamente expressa, com legitimidade que ninguém pode substituir, que o PPM pretende que todos os órgãos de soberania portugueses, quer o governo, quer o Presidente da República e o Conselho da Revolução, quer mesmo esta Assembleia da República, tenham os olhos permanentemente postos nesse exemplo de heroicidade e de martírio constituído pelo povo timorenses e que façam alguma coisa no plano da eficácia concreta e não apenas nos lamentos esporadicamente lançados através da comunicação social, e não apenas também nas expressões mais ou menos interessadas de uma ideologia concretizada num governo que não tem legitimidade, porque nunca foi em Timor objecto de uma consulta popular.

É por isso tudo, é para esse efeito, é a favor dessa eficácia que continuaremos a lutar.

Queremos assim manifestar ao nosso colega da bancada da ASDI, que hoje aqui falou como representante do povo de Timor e como português que é, a nossa solidariedade inteira.

Aplausos do PPM, do PSD, do CDS e da ASDI.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Deputado Manuel Tílman, queria saudar V. Ex.ª e principalmente

a sua intervenção e, na pessoa do deputado, o povo mártir de Timor.

Como V. Ex.ª sabe, o CDS foi o primeiro e único partido que, desde o drama de Timor, vem lutando pelo restabelecimento da autodeterminação para aquele território nacional. Dentro deste Parlamento e fora dele, pela acção desenvolvida quando éramos partido da oposição e pelo esclarecimento dos nossos militantes através do País, temos dedicado muitas horas e muito do nosso labor na defesa do direito à autodeterminação do povo de Timor. Por isso é para nós grato que esteja aqui V. Ex.ª e particularmente honroso que o Parlamento português conte ainda com um deputado natural de Timor, pois, segundo o nosso modo de pensar, o povo timorense é ainda constituído por cidadãos originários portugueses.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros teve a oportunidade de se referir aqui ao caso de Timor, dizendo que o Governo não era a entidade constitucional competente para tratar deste assunto, mas que em todo o caso estavam neste momento em curso negociações, que ele não pode revelar, para a melhor solução, dentro do quadro das Nações Unidas, da descolonização do território, com honra tanto para Portugal como para o povo de Timor.

Por isso mesmo estamos confiantes de que as negociações que o Governo está a travar neste momento cheguem a bom termo e também esperamos que os outros órgãos de soberania que, segundo a Constituição, têm a responsabilidade de tratar deste caso de Timor, cumpram honrosamente a sua missão para a felicidade desse mesmo povo.

Mais uma vez quero saudar V. Ex.ª e dizer-lhe quão grato estamos pela sua voz aqui neste Parlamento.

Aplausos do CDS, do PSD, do PPM e da ASDI.

O Sr. **Presidente:** — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Tilman para responder.

O Sr. **Manuel Tilman** (ASDI): — Quanto ao Sr. Deputado da UDP, apenas tenho a dizer que em relação à descolonização nada obsta a que Portugal tome a mesma posição que tomou para com a República da Guiné-Bissau.

Quero agradecer as palavras do Sr. Deputado Barrilaro Ruas e só quero rectificar uma sua afirmação. Sou natural de Timor, mas sou deputado do Parlamento português. É como deputado do Parlamento poruguês que exijo que Portugal tome iniciativas para a resolução do problema e não fique atrás dos países de expressão portuguesa e dos países do Terceiro Mundo.

Agradeço muito a saudação do Sr. Deputado Narana Coissoró, e retribuo. Faço votos para que também o CDS junto da UEDC contribua para que os Estados com governos de partidos ligados a essa organização internacional e que votaram sempre contra nas Nações Unidas votem agora a favor de uma solução positiva para o problema de Timor.

Aplausos da ASDI, do PS, da UEDS e de alguns deputados do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Amaral.

O Sr. **Rui Amaral** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O programa eleitoral da Aliança Democrática, bem como os programas dos respectivos governos, tem vindo a confiar à integração de Portugal nas Comunidades Europeias a importância estratégica e estrutural que, do nosso ponto de vista, essa gigantesca tarefa justifica.

Alguns dirão, porém, que o problema da integração de Portugal na Europa do Mercado Comum é matéria a que não terá sido atribuída por este governo a importância que outros anteriormente lhe atribuíram.

Alegar-se-ia em defesa desta tese que o próprio texto do Programa é eventualmente escasso na matéria, que no discurso da sua apresentação o Sr. Primeiro-Ministro terá abordado o problema de forma secundária ou até que o Sr. Ministro responsável pela integração no seu discurso de ontem terá quase esquecido este tema fundamental. Puro erro, ausência de visão ou eventual má fé são as alternativas que restam a esta análise deficiente ou politicamente manipuladora.

Com efeito, não só o Programa contém nos locais mais adequados as referências necessárias e suficientes, como nem por se repetirem demasiadas vezes as mesmas ou equivalentes expressões tal significa um maior empenho na concretização das respectivas intenções.

Tenho para mim que, mais do que as palavras, sobretudo as que tendem a sloganizar-se pelo seu exagerado uso, valem em primeiro lugar as realidades e os factos, as intenções assentes nas experiências anteriores e, sobretudo, outras formas de relevar essas mesmas intenções, mesmo que menos acessíveis a leituras rápidas, embora profundamente marcantes e caracterizadoras.

Tenho igualmente para mim, como deputado que sou de um dos partidos que apoiam o Governo, que é minha obrigação dar o modesto contributo da minha capacidade e do meu tempo, não necessariamente para tecer loas a quem delas não carece ou rebater argumentos tantas vezes repetidos e outros tantas vezes adequadamente esmagados pela coerência e pelos actos.

E em matéria de integração europeia o PSD e o seu grupo parlamentar não poderiam deixar de salientar aquilo que, como disse, não resultará para todos igualmente claro e evidente, mas que corresponde, efectivamente, a uma reafirmação sólida e profunda do Governo e do Grupo Parlamentar do PSD, que o apoia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A área da actuação política da integração europeia corresponde factualmente, em termos de objectivo, a um consenso democrático amplo, que pensamos se mantém, pelo menos, insisto, em termos da sua finalidade última.

Penso que valerá a pena rapidamente relembrar as grandes linhas do enquadramento político, económico, social e cultural sobre as quais se construiu essa adesão. No plano político, a consolidação de um projecto de democracia representativa pluralista de tipo ocidental continua a ser, apesar da estabilização política conseguida, elemento a que continuamos a dar extrema importância.